

Políticas de suporte para periódicos científicos em acesso aberto no Brasil

Jean Carlos dos Santos¹, Ednéia Silva Santos Rocha ², Marcia Regina da Silva³

¹<https://orcid.org/0000-0001-8354-9127>. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. jeancarlosid@gmail.com

²<http://orcid.org/0000-0003-1478-6828>. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo. edneia@usp.br

³<https://orcid.org/0000-0001-5852-1026>. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo. marciaregina@usp.br

Tipo de trabalho: Paineis

Palavras-chave: acesso aberto; acesso à informação; comunicação e divulgação científica.

Resumo

A pesquisa realizada visa refletir sobre o contexto das políticas de suporte aos periódicos em acesso aberto no Brasil, destacando as ações realizadas no país para consolidação do Movimento de *Open Access*. Utiliza-se uma metodologia qualitativa, centrando-se em uma análise bibliográfica seletiva e interpretativa de fontes de informação sobre os periódicos de acesso aberto no Brasil. O apoio aos periódicos vem de um contexto ao qual os periódicos nacionais possuíam reduzida presença em bases indexadoras internacionais, despertando o interesse das agências em fomentar um núcleo seletivo de publicações, com base em critérios de qualidade. Na década de 1990, a introdução das tecnologias de informação na editoração levou a um salto quantitativo e qualitativo das publicações, além disso, a estrutura descentralizada da Internet e seu amplo alcance, representava a possibilidade de uma maior cobertura das publicações, permitindo um acesso mais massificado aos resultados das pesquisas. Embora o país já contasse com um sistema de publicações essencialmente em acesso aberto, foi lançado por representantes da comunidade científica interessados em disseminar os princípios do acesso aberto entre instituições de pesquisa, ensino, órgãos de apoio à pesquisa e na comunidade acadêmica, uma série de manifestos de apoio ao Movimento, pois representaram a politização da comunidade científica e das políticas existentes para editoração científica em direção a um movimento internacional vinculado à liberdade e democratização do acesso à informação científica. No caso brasileiro, as agências de fomento além de apoiar o desenvolvimento da pesquisa e a publicação dos seus pesquisadores em periódicos internacionais, forneceram aos pesquisadores e estudantes o acesso a essas publicações, seja através da assinatura de títulos ou da manutenção de portais de publicações científicas. No que diz respeito ao financiamento de publicações em acesso aberto, aponta-se a linha de fomento a periódicos oferecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que visa apoiar a publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização. De forma semelhante, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) mantém uma linha de auxílio às publicações que oferece financiamento para periódicos que estejam indexados em bases de dados significativas, priorizando os títulos que preencham os requisitos para sua vinculação eletrônica dentro da SciELO. O projeto SciELO é a política para acesso aberto mais consolidada no país, acompanhada das

iniciativas de difusão tecnológica do IBICT, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e ferramentas para a criação de repositórios digitais. Essas políticas científicas e tecnológicas de acesso aberto são relevantes para a ciência brasileira, sendo que o Estado é o principal apoiador do Movimento Open Access. Conclui-se que o acesso aberto à literatura científica é praticamente uma política nacional brasileira, visto que o sistema de comunicação científica formal é formado principalmente por periódicos eletrônicos de acesso gratuito, no entanto, encontramos uma série de desafios enfrentados pelos periódicos científicos brasileiros que dificultam o seu desenvolvimento como recursos financeiros reduzidos e formação de recursos humanos.

Palavras-chave: Periódicos de acesso aberto. Políticas públicas brasileiras.

Abstract

The research aims to reflect on the context of the policies of support to the journals in open access in Brazil, with emphasis on actions taken in the country to consolidate the Open Access Movement. A qualitative methodology is used, focusing on a selective and interpretative bibliographic analysis of information sources on open access journals in Brazil. Support for journals comes from a context in which national journals have a small presence on international indexing bases, raising the interest of agencies to foster a select nucleus of publications based on quality criteria. In the 1990s, the introduction of information technology in publishing led to a quantitative and qualitative leap in publications; in addition, the decentralized structure of the Internet and its wide reach represented the possibility of greater coverage of publications, allowing more access the results of the surveys. Although the country already had a mainly open access publication system, it was launched by representatives of the scientific community interested in disseminating the principles of open access among research institutions, teaching, research support agencies and the academic community, a series of manifestos of support to the Movement, since they represented the politicization of the scientific community and the existing policies for scientific publishing towards an international movement linked to the freedom and democratization of the access to scientific information. In the Brazilian case, development agencies, in addition to supporting the development of research and the publication of their researchers in international journals, provided researchers and students access to these publications, either through the signing of titles or the maintenance of scientific publications portals. Regarding the funding of publications in open access, the line of promotion to periodicals offered by the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), together with the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), is indicated. which aims to support the publication of Brazilian scientific journals of high specialization. Similarly, the São Paulo Research Foundation (FAPESP) maintains a line of assistance to publications that offers funding for journals that are indexed in meaningful databases, prioritizing titles that meet the requirements for electronic linkage within SciELO. The SciELO project is the most consolidated open access policy in the country, accompanied by the IBICT's technological diffusion initiatives, such as the Electronic Journaling System (SEER) and tools for the creation of digital repositories. These open access scientific and technological policies are relevant to Brazilian science, and the State is the main supporter of the Open Access Movement. It is concluded that open access to scientific literature is practically a Brazilian national policy, since the formal scientific communication consists mainly of free electronic journals, however, we encounter a series of challenges faced by Brazilian scientific journals that hinder their development as reduced financial resources and human resources training.

Keywords: Open access journals. Brazilian public policies.

1 Contextualização do trabalho

O *Open Science Movement* ou Movimento de Ciência Aberta prevê o compartilhamento dos processos e dos resultados da atividade de pesquisa. A Internet colaborativa, por meio das ferramentas de redes sociais, contribui para tornar esse movimento mais forte, já que possibilita que as ideias e descobertas de pesquisas sejam discutidas em tempo real entre pesquisadores de locais distintos e os resultados serem reutilizados de maneira ampla.

O conceito *Open Science* é complexo por envolver uma série de elementos como, dados, artigos, ferramentas, plataformas e meios que promovem a criação e a disseminação do conhecimento de forma livre, aberta e inclusiva e que possibilitam a obtenção de maiores benefícios. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2015) define *Open Science* como o esforço empreendido por pesquisadores, governos, agências de fomento e a própria comunidade científica para tornar transparentes e acessíveis os resultados de pesquisa financiados publicamente, em formato digital e sem restrição, no interesse de aumentar a acessibilidade, a colaboração científica, além da promoção da inovação.

Uma das vertentes desse Movimento, defende o acesso gratuito à literatura científica por meio da disponibilização em periódicos e repositórios digitais que permitam que qualquer interessado possa ler, copiar, distribuir, modificar ou utilizar o conteúdo para qualquer outro objetivo legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas, a não ser a própria conexão à internet. O argumento de muitos defensores do acesso aberto é de que os resultados de pesquisa publicados nos meios formais de comunicação científica, especialmente quando eles são fruto de pesquisas financiadas com recursos públicos, devem estar amplamente acessíveis para a sociedade que viabilizou a realização da pesquisa através dos seus impostos. Tanto no âmbito internacional (Botallo, 2018), como no nacional (Marques, 2019), observa-se um direcionamento para a publicação de resultados de pesquisas financiadas pelos governos em repositórios de acesso aberto.

As políticas de acesso aberto têm gerado discussões por proporem mudanças significativas na forma tradicional de comunicação na ciência. Especificamente no contexto brasileiro, o apoio governamental foi fundamental para a aderência dos periódicos às plataformas de acesso aberto. Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o contexto das políticas de suporte aos periódicos em acesso aberto no Brasil, destacando as ações realizadas no país para consolidação do Movimento de Acesso Aberto.

2 Metodologia

Utiliza-se uma metodologia qualitativa, centrando-se em uma análise bibliográfica seletiva e interpretativa de fontes de informação sobre os periódicos de acesso aberto no Brasil. Busca-se com essa reflexão identificar elementos para compor o contexto histórico das publicações nacionais de acesso aberto, tendo como premissa a inserção brasileira no cenário internacional que tem buscado a aderência às políticas de acesso aberto aos resultados de pesquisas científicas financiadas por órgãos governamentais.

3 Resultados

Diversos autores enfatizam a experiência do Brasil em políticas de acesso aberto como uma experiência modelo (Guédon, 2010, Ortellado, 2008, Willinsky, 2006). Isso se deve ao fato de que o sistema de publicação é essencialmente aberto e bem-sucedido, do ponto de vista do financiamento e da relativa visibilidade internacional das publicações e das próprias políticas. Em grande medida, o desenvolvimento do sistema nesses moldes está relacionando ao contexto de desenvolvimento das publicações nacionais que, devido à inexistência de um mercado editorial de publicações científicas, se desenvolveram vinculadas às instituições públicas de ensino e pesquisa, sociedades científicas, entre outros, tendo o financiamento governamental com principal fonte de recursos (Ortellado, 2008).

O apoio governamental aos periódicos científicos na década de 1970 foi um caminho necessário tendo vista que, naquele momento, a ciência do país começava a se desenvolver, o que demandava mais espaços de qualidade onde os novos conhecimentos produzidos pudessem ser veiculados (Matoso, 2004). Ao mesmo tempo, o apoio aos periódicos vem de um contexto no qual os periódicos nacionais possuíam reduzida presença em bases indexadoras da ciência mundial. Desse modo, havia o interesse das agências em fomentar um núcleo seletivo de publicações, com base em critérios de qualidade, objetivando fortalecer esses títulos. Portanto, o interesse pelo apoio das principais agências de Ciência e Tecnologia (C&T) aos periódicos está associada também à consciência desses órgãos de que a visibilidade da pesquisa nacional passava também pela relevância e qualidade dos periódicos locais (Schwartzman, 2001).

Na década de 1990, a introdução das tecnologias de informação na editoração levou a um salto quantitativo e qualitativo das publicações, além de maior flexibilidade e novas possibilidades em relação aos aspectos técnicos e eficiência nos aspectos gerenciais dos periódicos (Packer *et al.*,

2006). Adicionalmente, a estrutura descentralizada da Internet e seu amplo alcance representava a possibilidade de uma maior cobertura das publicações, permitindo um acesso mais massificado aos resultados das pesquisas. Resultando também em iniciativas como a rede SciELO.

Também cumprem um papel importante para a inserção do Brasil no Movimento Open Access uma série de manifestos lançados por representantes da comunidade científica interessados em disseminar os princípios do acesso aberto entre instituições de pesquisa, ensino, órgãos de apoio à pesquisa e na comunidade acadêmica. Embora o país já contasse com um sistema de publicações essencialmente em acesso aberto, estes documentos de apoio ao Movimento tiveram um importante significado, pois representaram a politização da comunidade científica e das políticas existentes para editoração científica em direção a um movimento internacional vinculado à liberdade e democratização do acesso à informação científica. Ambos os documentos ressaltam o papel do governo e das agências de fomento à pesquisa e às políticas de acesso aberto no oferecimento de subsídios para cobrir gastos com estas publicações, considerando a crescente adoção do modelo de acesso híbrido por vários periódicos. Os documentos apontavam também a necessidade da criação de repositórios e políticas mandatórias de arquivamento das produções científicas das instituições de ensino e pesquisa nacionais, tendo em vista a tendência mundial do uso dessas ferramentas pelas universidades.

No caso brasileiro, as agências de fomento apoiam o desenvolvimento da pesquisa e a publicação dos seus pesquisadores em periódicos internacionais. As agências também fornecem aos pesquisadores e estudantes o acesso a essas publicações, seja através da assinatura de títulos ou da manutenção de portais de publicações científicas, o que tem colocado a comunidade de pesquisa brasileira em situação privilegiada em relação a outros países da América Latina no que se refere ao acesso à informação científica para pesquisa.

Nesse aspecto, as ações e medidas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acabam tendo um impacto maior em razão de que ela é o principal órgão responsável pela avaliação da pós-graduação e organização da pesquisa no país. Em relação especificamente aos periódicos científicos, a CAPES estimula a adoção de um sistema padrão, de acordo com as práticas e normas internacionais disponíveis nos sites dos principais editores acadêmicos. O estabelecimento de um sistema padrão para as publicações eletrônicas estava relacionado ao interesse do órgão em minimizar a diversidade de formato existentes e tornar mais ágil a coleta dos dados das publicações utilizados pelo Sistema Qualis. Desse modo, a CAPES sugeriu que os editores e instituições optassem por sistemas de publicação reconhecidos nacionalmente, especificamente o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

(IBICT/MCTI) ou a metodologia de SciELO (FAPESP/BIREME) para publicações eletrônicas (Gruszynski & Golin, 2007), pois atendem aos requisitos técnicos exigidos pela CAPES.

No que diz respeito ao financiamento de publicações em acesso aberto, aponta-se a linha de fomento a periódicos oferecidos pela CAPES, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa linha de financiamento visa apoiar a publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização, sendo o único edital de apoio a publicações científicas em âmbito federal e destinado principalmente às publicações que já existam em acesso aberto. De forma semelhante, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) mantém uma linha de auxílio à publicações que oferece financiamento para periódicos que estejam indexados em bases de dados significativas e que possuam expressiva qualidade editorial, priorizando os títulos que preencham os requisitos para sua vinculação eletrônica dentro da SciELO, principalmente as publicações já estabelecidas e tradicionais, mas que necessitam de auxílio financeiro emergencial, ou as publicações novos ligados a áreas que demandam de boas publicações nacionais (FAPESP, 2018).

O projeto SciELO é a política para acesso aberto mais consolidada no país, acompanhada das iniciativas de difusão tecnológica do IBICT, como o software de editoração de periódicos eletrônicos – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e ferramentas para a criação de repositórios digitais (Alperin, Fischman, & Willinsky., 2008). O SciELO e as iniciativas do IBICT trouxeram ganhos significativos em termos de qualidade das publicações científicas nacionais, visto que introduziram um padrão de qualidade nos aspectos formais das publicações, de acordo com tendências e normas internacionais da editoração eletrônica.

Em 2003, em parceria com o PKP da University of British Columbia, uma equipe de especialistas do IBICT adaptou e traduziu para a língua portuguesa o Open Journal Systems (OJS), com lançamento nacional da versão brasileira da ferramenta em junho de 2004 (Arellano-Márdero, Santos & Fonseca, 2006). Adicionalmente ao trabalho de internalização do software pelos editores e instituições de pesquisa, são mantidos o Portal do SEER, que reúne os manuais e tutoriais para instalação e uso do software; a Incubadora de Revistas do SEER; o fórum de usuários; o cadastro nacional de revistas no SEER; Portal de Periódicos SEER, que permite que vários periódicos de uma mesma área ou de áreas diferentes possam ser agrupados em uma única coleção; o encontro entre usuários do SEER e outros.

Uma das vantagens do uso do sistema está na possibilidade de automação de todas as etapas do processo editorial, como a submissão online dos artigos pelos próprios autores, a avaliação pelos pares, tomada de decisão e publicação. Apontam-se ainda melhorias na qualidade da editoração

científica a partir da adoção do sistema eletrônico, mais especificamente, no incremento do número de submissões e redução do tempo destinando à revisão dos *pre-prints* (Arellano-Márdero, Santos & Fonseca, 2006).

4 Considerações Finais

As políticas de acesso aberto são relevantes para a ciência brasileira principalmente quando se leva em conta que o Estado, através das agências de financiamento de ciência e tecnologia e das universidades, é o principal apoiador da ciência, aspecto este que, conforme defende o Movimento de Acesso Aberto, justifica adoção de um sistema de comunicação científica que possibilite o acesso livre dos resultados de pesquisa apoiados com recursos públicos.

As agências de fomento são apontadas como um ator importante no processo de implantação das propostas do Movimento, pois à medida que são apoiadoras das atividades de Ciência e Tecnologia, através da concessão de bolsas de pesquisa e de pós-graduação, recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, etc., podem criar políticas de acesso aberto às publicações produzidas pelos pesquisadores.

Ao se descrever o contexto das políticas associadas ao Movimento de Acesso Aberto existentes no Brasil, verificou-se que o acesso aberto à literatura científica é praticamente uma política nacional, visto que o sistema de comunicação científica formal é formado principalmente por periódicos eletrônicos de acesso gratuito. Em grande medida, a inexistência de um mercado de editoração de publicações científicas seriadas, associada à dependência dos periódicos de subsídios governamentais para se manterem, favoreceu à formação de um contexto propício ao desenvolvimento de iniciativas voltadas para incentivar a disseminação da produção científica nacional no modelo aberto. Entre essas iniciativas se encontram o projeto SciELO e as diversas ações e engajamento do IBICT no movimento internacional pelo acesso aberto.

Dado o contexto das políticas nacionais e o crescimento do debate internacional promovido pelas iniciativas de acesso aberto, cabe refletir sobre o posicionamento dos pesquisadores em relação ao uso desses canais e aos princípios que orientam esse movimento. No entanto, encontramos uma série de desafios enfrentados pelos periódicos científicos brasileiros que dificultam o seu desenvolvimento como recursos financeiros reduzidos e formação de recursos humanos.

5 Referências

Alperin, R. P., Fischman, G. E., & Willinsky, J. (2008). Open access and scholarly publishing in latinamerica:

ten flavours and a few reflections. *Liinc em Revista*, 4(2), 154 – 157. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>.

Arellano Márdero, M. Á., Santos, R., & Fonseca, R. M. S. (2006). SEER: disseminação de um sistema eletrônico para editoração de revistas científicas no Brasil. 2006. *Journal Article* (On-line/Unpaginated). Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17598/?mode=full>>.

Botallo, A. (2018). Ciência europeia terá de ser publicada em revistas de acesso livre em 2020. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 out. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/10/ciencia-europeia-tera-de-ser-publicada-em-revistas-de-acesso-livre-em-2020.shtml>

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (2018). *Auxílio à Pesquisa - Publicações*. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/190>>.

Gruszynski, A. C., & Golin, C. (2007). Periódicos científicos eletrônicos e a visibilidade da ciência na web: estudo de caso na UFRGS. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, 8(3). Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun07/Art_02.htm>.

Guédon, J. C. (2010). Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: Targino, M. G. L., Ferreira, S. M. S. P. (Orgs.). *Acessibilidade e visibilidade de revistas eletrônicas*. São Paulo: Editora Senac. p.21-77.

Marques, F. (2019). FAPESP lança política para acesso aberto. Pesquisa FAPESP, 14 mar. Retrieved from: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/14/fapesp-lanca-politica-para-acesso-aberto/>

Matoso, M. C. (2004). *Aspectos simbólicos da produção científica: uma análise de periódicos da área de nutrição*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2018). Making open science a reality. *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, 25. Retrieved from <<http://dx.doi.org/10.1787/5jrs2f963zs1-en>> .

Ortellado, P. (2008). As políticas nacionais de acesso à informação científica. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, 4(2), p. 185-193. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/268/168>> .

Packer, A. et al. (2006). El modelo SciELO de publicación científica de calidad en acceso abierto. *Edición electrónica, bibliotecas virtuales y portales para las ciencias sociales en América Latina y El Caribe*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/babini/Parcker%20Part%20Lucisano.pdf>>.

Schwartzman, S. (2001). *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

Willinsky, J. (2006). *The access principle: the case for open access to research and scholarship*. Cambridge: MIT Press, 2006. Disponível em: <http://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262512664_Download_the_full_text.pdf>.